



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

PLANO DE TRABALHO BERNA

1. DADOS CADASTRAIS DOS ACORDANTES

ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE XX				C.G.C./C.N.P.J. X	
ENDEREÇO: XXX					
CIDADE XX	U.F. XX	C.E.P. XX	DDD/TELEFONE XXX	EA – ESFERA ADMINISTRATIVA XXX	
NOME DO RESPONSÁVEL XXX					
C.I./ÓRGÃO EXPEDIDOR XX	CARGO XX		FUNÇÃO XX	MATRÍCULA	
ÓRGÃO/ENTIDADE PARTÍCIPE: XXX				C.G.C./C.N.P.J. XXX	
ENDEREÇO: XXX					
NOME DO RESPONSÁVEL XXX		C.P.F.	C.I./ÓRGÃO EXPEDIDOR	CARGO Desembargador Presidente	



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO/PROGRAMA	PERÍODO DE EXECUÇÃO
Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica n. 06/2024 para integração da Berna à Secretaria de Economia do Estado de Goiás	5 (cinco) anos a partir da assinatura do Termo de Cooperação Técnica
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO	
Integração do programa de Busca Eletrônica Recursiva Usando Linguagem Natural (Berna) - Inteligência Artificial desenvolvida pelo TJGO	
OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS GERAL:	
- Implantação do sistema de Busca Eletrônica Recursiva usando Linguagem Natural (Berna).	
ESPECÍFICOS:	
- Trazer maior celeridade na tramitação processual; - Identificar e unificar, automaticamente, volumes significativos de demandas judiciais em tramitação que possuam o mesmo fato e tese jurídica na petição inicial; - Automatização de algumas rotinas que anteriormente eram realizadas pelo ser humano; - Classificação de ações, peças, clusterização (agrupamento), captação de informações para prevenção de litígios; - Identificar processos similares e separar em grupos, vinculando os grupos similares em classificadores criados pelas unidades judiciais e, ainda, gerar movimentos de conclusão nos processos;	



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

- Auxiliar na identificação para coibição de litigância predatória (Recomendação nº 127/2022 - CNJ).

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

A Berna é um programa de inteligência artificial que identifica e unifica, automaticamente, volumes significativos de demandas judiciais em tramitação que possuam o mesmo fato e tese jurídica na petição inicial. Com a identificação e unificação desses processos em agrupamentos, são criadas pendências no Sistema PROJUDI com a finalidade de informar a possibilidade de ocorrência de conexão com as diferentes unidades judiciais que receberam as causas por distribuição, alertando e facilitando a análise pelo julgador. Com isso, é possível acelerar a movimentação das ações.

3. METAS A SEREM ATINGIDAS

Meta – Integração do programa de Busca Eletrônica Recursiva Usando Linguagem Natural (Berna) junto aos sistemas corporativos designados da Secretaria de Economia – GO.

4. DA ALTERAÇÃO

Sempre que houver necessidade e mediante mútuo acordo entre os partícipes, poderão as normas deste instrumento ser alteradas através de termos aditivos, passando os mesmos a fazer parte integrante do Acordo de Cooperação Técnica.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

5. METODOLOGIA

Serão utilizados métodos de aprendizagem de máquina não supervisionados e clusterizados de similares, bem como métricas para cálculo de similaridade entre textos e vetorização de documentos. Os métodos aplicados serão convertidos em estruturas de dados e sistemas, de ordem compartimentada, permitindo seu compartilhamento para execuções intra órgãos, gerando seus resultados em banco de dados.

6. DA FISCALIZAÇÃO

Dados do fiscal do Acordo de Cooperação Técnica:

Nome: **XXXXX**

Setor: XXXX

Nome: **XXXX**

Setor: XXXX



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA

[illegible]



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de
Estado da
Economia



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA

8. DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

8.1. OBRIGAÇÕES XXXXXXXXXXXX

- Indicar magistrado ou servidor para atuar como coordenador do projeto, elaborando cronogramas, implantando projetos pilotos e atuando junto ao TJGO para compartilhar informações e operacionalizar o uso da ferramenta junto à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;
- Integrar o programa de Busca Eletrônica Recursiva usando Linguagem Natural (Berna) aos sistemas corporativos designados da XXXX;
- Responsabilizar-se pelas adaptações a serem realizadas no Programa Berna, compreendendo manutenções evolutivas e corretivas, dando acesso ao código fonte produzido ao TJGO;
- Desenvolver solução de extração dos textos (petições iniciais), objetivando entregar a Berna IA para seu trabalho de clusterização de similares.
- Ler os *clusters* (processamento Berna) e verificar a possibilidade de realizar automação nos sistemas.
- Dar amplo conhecimento dos termos deste Termo de Cooperação Técnica à comunidade em geral, utilizando-se dos meios institucionais de divulgação;
- Aceitar e cumprir a legislação, as normatizações e instruções técnicas e administrativas das partes;
- Informar sobre incidentes ou ocorrências que possam comprometer os objetivos a que os partícipes se propõem;
- Promover o treinamento e compartilhamento de informações junto aos demais servidores;
- Proceder ajustes e adaptações de acesso e segurança da informação, a fim de promover a integração do sistema Berna a, obedecendo a Política de Segurança da Informação em vigor na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das medidas necessárias à implementação deste Acordo de Cooperação;
- Respeitar os direitos autorais, de exibição de imagem e de propriedade intelectual do TJGO.
- Caso seja utilizada qualquer tecnologia, modelo, metodologia aplicada/utilizada pela Berna em outra solução que não seja na própria Berna IA, o tribunal obriga-se a referenciar a origem (Berna IA TJGO) no local, sistema, programa de computador, layout, modelo de IA e outro similar onde será utilizada/aplicada.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Secretaria de
Estado da
Economia



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA

8.2. OBRIGAÇÕES DO TJGO

- Fornecer, sem ônus para a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, o acesso ao programa de Busca Eletrônica Recursiva usando Linguagem Natural (Berna) para execução nas dependências da XXXXXXXXXXXXXXX;
- Dar amplo conhecimento dos termos deste Acordo de Cooperação Técnica à comunidade em geral, utilizando-se dos meios institucionais de divulgação;
- Aceitar e cumprir a legislação, as normatizações e instruções técnicas e administrativas das partes;
- Informar sobre incidentes ou ocorrências que possam comprometer os objetivos a que os partícipes se propõem.

9. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova e para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou Estadual, ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou Estadual, que impeça a celebração do acordo de cooperação técnica, na forma deste Plano de Trabalho.

XXXXXXXXXXXX

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE GOIÁS

10. APROVAÇÃO DOS PARTÍCIPES

Aprovado

XXXXXXXXXXXX

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE GOIÁS